



---

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL**

---

Autos nº 0000401-43.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da Vara Criminal da Comarca de Timbó

**ATIVIDADE CORREICIONAL**

**INFORMAÇÕES PRELIMINARES**

Número da portaria: 11/2016-CGJ

Período da correição: 2-5-2016 a 4-7-2016

**EQUIPE CORREICIONAL**

Juíza-Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessor Técnico Correicional: Geraldo Della Giustina

Analista Jurídico: André Pacheco



## **INTRODUÇÃO**

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Creche - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



## DADOS DA UNIDADE

Comarca: Timbó

Unidade: Vara Criminal

Municípios integrantes: Timbó, Benedito Novo, Doutor Pedrinho e Rio dos Cedros

Juiz titular: Ubaldo Ricardo da Silva Neto

Chefe de cartório: Mônica Maria Longo Fachini

Última correição por equipe da CGJ/SC: (9-9-2013 a 11-11-2013)  
(0012453-76.2013.8.24.0600)

Competência: Res. 30/07-TJ, art. 4º Compete ao Juiz de Direito da Vara Criminal: I - processar e julgar: a) os feitos criminais e execuções penais (Lei n. 5.624/1979, art. 93); b) as infrações penais de menor potencial ofensivo (Lei n. 9.099/1995, arts. 60 e 61); c) as causas do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei n. 11.340/2006); d) os procedimentos para apuração de ato infracional (Lei n. 8.069/1990, art. 103). II - cumprir cartas de ordem e cartas precatórias criminais; III - exercer funções concernentes à corregedoria dos presídios (Lei n. 5.624/1979, art. 93, § 1º). Res. 56/2011-TJ, art. 1º, Parágrafo único. Os procedimentos para apuração de ato infracional (art. 103 da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990), atualmente em tramitação na Vara Criminal da comarca de Timbó, serão redistribuídos ao Juízo de Direito da 1ª Vara Cível.

Entrância: Final

Observações:



## 1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

### 1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.439
1.1.2	Processos em andamento	1.355
1.1.3	Procedimentos em andamento	1.084
1.1.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.		
b) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 555 referem-se a processos do Juizado Especial Criminal.		

### 1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	1.454
1.2.2	Processos em andamento	613
1.2.3	Procedimentos em andamento	841
1.2.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.		

### 1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos conclusos

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	404	355	759
1.3.1.1	Observação			
a) Informações obtidas em 18-7-2016.				

### 1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos distribuídos

	Período	Total	Média mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2014	1.760	146,67
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2015	2.112	176,00
1.4.3	Janeiro a junho de 2016 (mês anterior ao da consulta)	1.214	202,33
1.4.4	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.			

### 1.5 FILAS DE TRABALHO – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias	167
	Criminal – Genérico – Processo	
1.5.1.1	Ag. Digitalização	1
1.5.1.2	Ag. Encerramento do Ato	5
1.5.1.3	Concluso para Decisão Interlocutória	17



1.5.1.4	Cumprir Audiência	3	
1.5.1.5	Recebido do Tribunal/Turma	1	
1.5.1.6	Remetidos à Delegacia de Polícia	52	
	Execução Penal – Processo		
1.5.1.7	Benefícios Suspensos	1	
1.5.1.8	Concluso para Decisão Interlocutória	12	
1.5.1.9	Concluso para Despacho	1	
	Juizado Especial Criminal – Processo		
1.5.1.10	Ag. Encerramento do Ato	3	
1.5.1.11	Ag. Prazo	3	
1.5.1.12	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	5	
1.5.1.13	Concluso para Despacho	1	
1.5.1.14	Cumprir Audiência	3	
1.5.1.15	Remetidos à Delegacia de Polícia	59	
1.5.1.16	Observações		

a) Informações obtidas em 18-7-2016.

b) Na data de 18-7-2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:

b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 24 processos na fila. O mais antigo data de 31-5-2016.

b.2) Ag. Análise Recursos: Não existem processos nessa fila.

b.3) Cumprir urgente: existem 8 processos na fila. O mais antigo data de 29-6-2016.

b.4) Recebido do Juiz.

Recebido do Juiz Despacho: Não existem processos nessa fila.

Recebido do Juiz Decisão: Não existem processos nessa fila.

Recebido do Juiz Sentença: Não existem processos nessa fila.

b.5) Escrivão: existem 24 processos na fila. O mais antigo data de 11-4-2016.

b.6) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: constatou-se a existência de 83 processos com audiências já realizadas ou sem designação de audiências.

b.7) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos (0001927-11.2015.8.24.0073, 0001527-94.2015.8.24.0073, 0002067-45.2015.8.24.0073, 0000886-09.2015.8.24.0073, 0004227-77.2014.8.24.0073), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando o arquivamento, mas não certidão do art. 327 CNCGJ (Provimento n. 1/2016 CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ).

b.8) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos [REDACTED]-SJ, 0000045-77.2016.8.24.0073, [REDACTED]-SJ, 0000783-65.2016.8.24.0073, 0001810-20.2015.8.24.0073), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão.



## 1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

### MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	O relatório não deve trazer registro	450	287
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade.		18,2%	11,61%
1.6.1.2	Observações	a) Primeira verificação: mês de referência março de 2016. b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016. c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).		



	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.2	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	0	0
1.6.3	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).		13	9
1.6.4	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.		24	1
1.6.5	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais.		97	164
1.6.6	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013.		6	13
1.6.7	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013.		Não se aplica	
1.6.8	Observações	a) Primeira verificação em 26-4-2016. a.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de dezembro de 2016, extraídos do site desta Corregedoria ( <a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm</a> ). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b) Segunda verificação em 18-7-2016. b.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de maio de 2016 extraídos do site desta Corregedoria ( <a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm</a> ). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.		



### PENDÊNCIAS

1.6.9	Pendências em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 31-3-2016)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	Primeira verificação	Segunda verificação
	Petição intermediária		58	6
	Peticionamento eletrônico		34	0
	Mandados		24	3
	AR		8	2
1.6.9.1	Observações	a) Primeira verificação em 26-4-2016. b) Segunda verificação em 18-7-2016.		

### MANDADOS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.10	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registros	38	77
1.6.10.1	Observações	a) Primeira verificação em 26-4-2016. b) Segunda verificação em 18-7-2016.		

### PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.11	Outros setores (listar os setores encontrados com processos)				
1.6.11.1	Ministério Público	111	26	183	13
1.6.11.2	Petição Inicial – Ag. Digitalização	0	0	1	0
1.6.11.3	Serviço Social	18	0	1	0
1.6.11.4	Observações	a) Primeira verificação em 26-4-2016. b) Segunda verificação em 18-7-2016.			





**PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA**

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
1.6.12	Quantidade total de processos em carga	576		467	
	Local	Total	+100d	Total	+100d
	Cargas internas				
1.6.12.1	Juiz (Ubaldo Ricardo da Silva Neto)	358	180	340	117
1.6.12.2	Juiz (José Adilson Bittencourt Júnior)	0	0	15	0
1.6.12.3	Ministério Público	95	42	24	0
1.6.12.4	Assistente Social	0	0	1	0
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.12.5	Advogado	11	0	11	0
1.6.12.6	Delegacia de Polícia	112	105	76	76
1.6.12.7	Observações				
	a) Primeira verificação: mês de referência março de 2016.				
	b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016.				
	c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).				



1.6.13 PROCESSOS COM MESMO LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.6.13.1	Cartório - recebido do advogado	2	0	0	0
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.13.2	Cartório – aguardando	95	44	134	24
1.6.13.3	Cartório – aguardando AR	0	0	0	0
1.6.13.4	Cartório – aguardando carta precatória	28	25	27	19
1.6.13.5	Cartório – aguardando confecção de relação	0	0	0	0
1.6.13.6	Cartório – aguardando mandado	34	0	34	26
1.6.13.7	Cartório – aguardando publicação de relação	2	0	3	0
1.6.13.8	Cartório – arquivar	0	0	0	0
1.6.13.9	Cartório – escaninho da delegacia	0	0	1	0
1.6.13.10	Cartório – escaninho do advogado	2	0	7	0
1.6.13.11	Cartório – escaninho do juiz	15	0	64	13
1.6.13.12	Cartório – escaninho do juiz (assinaturas)	20	5	4	2
1.6.13.13	Cartório – escaninho do promotor	58	4	29	4
1.6.13.14	Cartório – recebido do juiz	0	0	3	2
1.6.13.15	Cartório – recebido do promotor	0	0	4	0
1.6.13.16	Cartório – recebido do contador	0	0	3	3
1.6.13.17	Cartório – prazo 1 a 31	1	1	17	4
1.6.13.18	Cartório – mesa do escrivão	1	1	0	0
1.6.13.19	Cartório – mesa do escrivão (assinaturas)	6	5	4	4
1.6.13.20	Cartório – mesa 01 a 10	0	0	8	8
	Expedição/cumprimento				
1.6.13.21	Cartório – cumprir despacho	103	68	100	76
1.6.13.22	Cartório – cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.6.13.23	Cartório – expedir alvará	1	1	0	0
1.6.13.24	Cartório – expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.13.25	Cartório – expedir edital	0	0	0	0
1.6.13.26	Cartório – expedir formal	0	0	0	0
1.6.13.27	Cartório – expedir mandado	0	0	0	0
1.6.13.28	Cartório – expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.6.13.29	Cartório – aguardando juntada	0	0	0	0
1.6.13.30	Cartório – aguardando petição	2	0	0	0
1.6.13.31	Cartório – aguardando resposta de ofício	11	11	8	6
1.6.13.32	Observações				

a) Primeira verificação em 26-4-2016.  
b) Segunda verificação em 18-7-2016.  
c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".



### 1.7 REGISTROS CRIMINAIS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	251	38
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		547	472
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		260	174
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		16	2
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		0	0
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros		7	2
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	194	110
1.7.8	Observações			
a) Primeira verificação em 26-4-2016. b) Segunda verificação em 18-7-2016.				

1.7.9	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	38	33
		Definitivo	53	55	
1.7.9.1	Réu preso - total		91	88	
1.7.9.2	Observações				
a) Primeira verificação em 26-4-2016. b) Segunda verificação em 18-7-2016.					




1.7.13	Observações
a) Primeira verificação em 26-4-2016. [REDACTED]	
b) Segunda verificação em 18-7-2016. b) Item 1.7.12: [REDACTED]	
b.2) Verificou-se nos processos (0006874-89.2007.8.24.0073 e 0005478-67.2013.8.24.0073) que há determinação para destinação das armas e munições, conforme a Circular CGJ n. 144/2015. E nos processos (0005585-14.2013.8.24.0073, 0005313-20.2013.8.24.0073, 0004402-71.2014.8.24.0073) que não há determinação e justificativa para a guarda das armas e munições no fórum, conforme a Circular CGJ n. 144/2015.	



## 1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Alimentado	Alimentado
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Não se aplica	

### 1.8.5 Observações

a) Primeira verificação em 26-4-2016.

a.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 1.369 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Quanto aos bens cadastrados no SNBA, 148 estão com a situação “a definir”. Dessa forma há indicativo de que os bens não estão sendo cadastrados no SNBA.

a.2) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.

a.3) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). Não se aplica em face da competência da unidade.

b) Segunda verificação em 18-7-2016.

b.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 1.738 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 94 estão com a situação “a definir”. Dessa forma há indicativo de que os bens não estão sendo cadastrados no SNBA.

b.2) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.

b.3) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). Não se aplica em face da competência da unidade.



### 1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNCGJ.	Não se aplica	
1.9.1.1	Observações			
Observações: a) Não se aplica em face da competência da unidade.				



## CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 29 de julho de 2016.

Geraldo Della Giustina  
Assessor Técnico Correicional – Mat. 3.059

André Pacheco  
Analista Jurídico - M20683